



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

TERMO DE ADESÃO

TERMO DE ADESÃO PARA IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Declaração firmada pela **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM**, objetivando desenvolver ações no âmbito da política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário.

O Prefeito do Município de Parnamirim, **ROSANO TAVEIRA DA CUNHA**, declara firme vontade de desenvolver ações no âmbito da política de atenção à pessoa egressa do sistema prisional, conforme estabelecido na Resolução CNJ nº 307, de 17 de dezembro de 2019, e demais legislações correlatas, observando os seguintes critérios:

1. O presente Instrumento tem por finalidade o desenvolvimento de ações conjuntas entre os partícipes, visando à cooperação para a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, nos termos propostos em leis e diretrizes nacionais e internacionais, concretizando, desta forma, as condições institucionais necessárias para a implementação de Escritório(s) Social(is).
2. **CONDIÇÕES:** A efetivação do presente Termo de Adesão dar-se-á mediante as condições estabelecidas no Plano de Trabalho que irá compor, num prazo de 60 dias, o Termo de Cooperação Técnica nº 024/2020, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte e o Governo do Estado do Rio Grande do Norte.
3. **ATUAÇÃO COORDENADA:** o município buscará desenvolver ações coordenadas com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte e o Conselho Nacional de Justiça, visando à efetividade e qualidade das ações de atenção às pessoas egressas, conforme Manuais dos Escritórios Sociais publicado pelo Conselho Nacional de Justiça.
4. **GESTOR LOCAL:** indica para gestor local do presente instrumento a senhora Kátia Cristina de Souza Soares, Cédula de Identidade RG 712.879 SSP/RN, CPF 443.578.934-53, endereço eletrônico katia_csoares@hotmail.com, que doravante será responsável pela execução das atividades previstas no Plano de Trabalho supra-mencionado.
5. **VIGÊNCIA:** o presente Termo de Adesão passará a vigorar a partir de sua assinatura, com vigência até o término do Termo de Cooperação Técnica nº 024/2020, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte e o Governo do Estado.
6. **RESPONSABILIDADES:**

6.1 São responsabilidades gerais do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte:

6.1.1 Responsabilizar-se pela divulgação o(s) Escritório(s) Social(is) e seus respectivos serviços aos juízes do Estado do Rio Grande do Norte, onde estes estão ou venham a ser implantados, orientando-os para receberem as equipes técnicas para fins de alinhamento das ações que serão implementadas em conjunto;

6.1.2 Encaminhar por meio de juiz (es) da(s) Vara(s) de Execução Penal as pessoas egressas do sistema prisional ou realizar o acompanhamento das condicionalidades atinentes àquelas;

6.1.3 Priorizar a destinação de penas pecuniárias para a implantação, o fomento e fortalecimento dos projetos e serviços do(s) Escritório(s) Social(is);

6.1.4 Desenvolver e apoiar, por meio do Programa Novos Rumos na Execução Penal, as ações e os projetos que tenham como finalidade promover oportunidades à pessoa egressa e seus familiares; e

6.1.5 Realizar o processamento da execução penal, dos benefícios e da análise das condicionalidades interpostas à população atendida pela política de atenção às pessoas egressas, considerando relatórios técnicos elaborados pelas equipes do Escritório Social.

6.2 São responsabilidades gerais do Governo do Estado do Rio Grande do Norte:

6.2.1 **Por meio do órgão gestor da Administração Penitenciária**, disseminar e apoiar a estruturação de Escritório(s) Social(is) em seu território, seja de forma direta, seja mediante apoio à implantação no âmbito dos municípios, por adesão das prefeituras municipais;

6.2.2 Aportar recursos financeiros do Fundo Penitenciário Estadual e outras fontes de receitas, próprias ou captadas por meio de convênios ou subvenções, a fim de contribuir para o desenvolvimento e sustentabilidade dos serviços prestados pelo(s) Escritório(s) Social(is), conforme condições estabelecidas no Plano de Trabalho mencionado na Cláusula Terceira, Parágrafo Segundo do Termo de Cooperação.

I O Governo do Estado do Rio Grande do Norte deverá envidar esforços para alocar recursos em rubrica orçamentária específica.

6.2.3 Subsidiar a articulação interinstitucional do Escritório Social junto à rede de políticas públicas sociais, órgãos do Sistema de Justiça Criminal e organizações da Sociedade Civil, visando a promover estratégias alinhadas de atuação, tais como: protocolos de atendimento, fluxos de encaminhamento, atendimento e discussão de casos em conjunto, capacitações, entre outras ações;

6.2.4 Garantir a realização da metodologia de mobilização de pré-egressos e a adoção de procedimentos de soltura com encaminhamento à equipe de referência do Escritório Social, bem como o fornecimento de informações das pessoas egressas às Varas de Execução Penal do município/Comarca;

6.2.5 Subsidiar o(s) Escritório(s) Social(is) com o envio de cópias de prontuários e outros documentos relativos à pessoa egressa;

6.2.6 Desenvolver e apoiar, por meio do Departamento de Promoção à Cidadania da SEAP, os programas e projetos que tenham como finalidade a oportunidade à pessoa egressa e seus familiares;

6.2.7 Contribuir com o monitoramento do cumprimento das legislações, em âmbito nacional e estadual, garantindo a inserção no mercado de trabalho, por meio de políticas afirmativas que estabeleçam um percentual mínimo de contratação para pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional.

6.2.8 **Por meio da Secretaria Estadual do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social – SETHAS**, contribuir com a articulação intersetorial do Escritório Social junto à rede de políticas públicas sociais, órgãos do Sistema de Justiça Criminal e organizações da Sociedade Civil, visando a promover estratégias alinhadas de atuação, tais como: protocolos de atendimento, fluxos de encaminhamento, atendimento e discussão de casos, entre outras ações;

6.2.9 Estimular a inserção e atualização cadastral no Cadastro Único das famílias de pessoas privadas de liberdade, assim como o acesso aos serviços socioassistenciais;

6.2.10 Estabelecer parcerias com a Secretária de Administração Penitenciária para promoção de projetos/ações no âmbito da economia solidária;

6.2.11 Firmar parcerias com instituições de formação profissional com vistas a promover a formação profissional de egressos do sistema prisional, bem como a inserção em iniciativas de geração de renda, acrescido a orientação e encaminhamento para vagas de trabalho;

6.2.12 Realizar o levantamento de dados relativos ao atendimento da pessoa egressa do sistema prisional para o aprimoramento das ações socioassistenciais no âmbito da inserção produtiva;

6.2.13 Viabilizar o acesso à política habitacional disponível.

6.3 São responsabilidades gerais do município de Parnamirim:

6.3.1 Executar, por meio do Escritório Social, as ações necessárias para o acolhimento, atendimento e acompanhamento das pessoas egressas do sistema penitenciário por equipes multidisciplinares, responsáveis pela articulação da rede de serviços de proteção e inclusão social, além de outras políticas e programas ofertadas pelo Poder Público;

6.3.2 Disponibilizar os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento e sustentabilidade das metodologias do Escritório Social, bem como a estruturação do serviço, com a definição de local, cessão de equipes, instalações e condições de trabalho;

6.3.3 Efetivar o desenvolvimento das metodologias do Escritório Social garantindo a promoção de direitos, implementando ações voltadas à promoção de equidade étnico-racial e gênero, bem como processos formativos para profissionais das unidades prisionais, das políticas públicas e redes de serviços envolvidas nesse processo, considerando marcadores de diversidade (ético-racial, gênero, orientação social, geração e saúde mental).

6.3.4 Estabelecer diálogo com a equipe de referência das unidades prisionais com vistas a realizar ações junto a pré-egressos, afim de apresentar as metodologias do Escritório Social mediante os procedimentos de soltura, bem como para o fornecimento de informações às Varas de Execução Penal e à equipe de referência do referido escritório;

6.3.5 Empreender a sistematização dos dados registrados, garantindo a proteção e o sigilo dos dados pessoais sensíveis, bem como a disponibilização de informações de caráter público para produção de conhecimento que norteará a condução da política de atenção da pessoa egressa do sistema penitenciário do Município de Parnamirim/RN, contribuindo para melhorias nas ações desenvolvidas;

6.3.6 Subsidiar a articulação interinstitucional das ações concernentes ao Escritório Social junto à rede de políticas públicas sociais, órgãos do Sistema de Justiça Criminal e organizações da Sociedade Civil, visando promover estratégias alinhadas de atuação, tais como: protocolos de atendimento, fluxos de encaminhamento, atendimento e discussão de casos em conjunto, capacitações, entre outras ações;

6.3.7 Buscar a efetividade das metodologias a serem desenvolvidas pelo Escritório Social, por meio da estruturação de equipe de referência, com competências técnicas psicossociais e jurídicas, articulação de parcerias estratégicas, formação e capacitação da rede social parceira, atendimento, encaminhamento e acompanhamento das pessoas egressas do sistema penitenciário, bem como da comunicação sistemática junto ao Poder Judiciário;

E por estar assim de pleno acordo, assino o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

ROSANO TAVEIRA DA CUNHA

Prefeito do Município de Parnamirim



Documento assinado eletronicamente por **ROSANO TAVEIRA DA CUNHA**, Usuário Externo, em 30/09/2020, às 07:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](https://portal.cnj.jus.br) informando o código verificador **0961218** e o código CRC **5ACC617E**.